Balço Social Para Cooperativas - o Caso da Cotrisoja- Tapera/rs

Luciana Paim Pieniz

Magno Tuburnine da Silva

Zaira Edr3ia Brutti

Resumo:

O presente trabalho relata um estudo aplicado realizado na Cooperativa Trit3cola Taperense Ltda -COTRISOJA - localizada no munic3pio de Tapera/RS. Em um primeiro momento procurou-se elaborar uma revis3o te3rica acerca das teorias cooperativistas, enfocando, principalmente, o resgate do compromisso social impl3cito no conceito de cooperativismo. Em um segundo momento, buscou-se evidenciar a import3ncia do Balço Social, seus objetivos e sua concepço b3sica. A seguir foi apresentada uma metodologia de elaboraç3o de Balço Social, partindo do modelo do IBASE. Em seguida, ap3s a an3lise dos indicadores levantados na Cooperativa, procedeu-se a elaboraç3o do Balço Social da Cooperativa. O modelo proposto permitiu verificar que h3 necessidade de incremento de v3rios indicadores em seus diferentes enfoques e respostas aos grupos de usu3rios: p3blico interno (gestores, empregados e associados) e p3blico externo (comunidade, mercado e outros) e permitir3, tamb3m, desenvolver estrat3gias de marketing com bases em aço3es sociais.

3rea tem3tica: *Custos da Responsabilidade Social*

BALANÇO SOCIAL PARA COOPERATIVAS – O CASO DA COTRISOJA-TAPERA/RS

Autores: Luciana Paim Pieniz, Mestre em Desenvolvimento Sustentável

Zaira Edréia Brutti – Bacharel em Ciências Contábeis

Magno Tuburnine da Silva – Bacharel em Ciências Contábeis

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – rua Andrade Neves, 308, Cruz Alta/RS,

pieniz@unicruz.edu.br, professora do Departamento de Estudos Econômicos e Administrativos

Custos da Responsabilidade Social

BALANÇO SOCIAL PARA COOPERATIVAS – O CASO DA COTRISOJA-TAPERA/RS

Resumo

O presente trabalho relata um estudo aplicado realizado na Cooperativa Triticola Taperense Ltda –COTRISOJA – localizada no município de Tapera/RS. Em um primeiro momento procurou-se elaborar uma revisão teórica acerca das teorias cooperativistas, enfocando, principalmente, o resgate do compromisso social implícito no conceito de cooperativismo. Em um segundo momento, buscou-se evidenciar a importância do Balanço Social, seus objetivos e sua concepção básica. A seguir foi apresentada uma metodologia de elaboração de Balanço Social, partindo do modelo do IBASE. Em seguida, após a análise dos indicadores levantados na Cooperativa, procedeu-se a elaboração do Balanço Social da Cooperativa. O modelo proposto permitiu verificar que há necessidade de incremento de vários indicadores em seus diferentes enfoques e respostas aos grupos de usuários: público interno (gestores, empregados e associados) e público externo (comunidade, mercado e outros) e permitirá, também, desenvolver estratégias de marketing com bases em ações sociais.

Palavras-chave – Balanço social, indicadores de desempenho, cooperativismo

Área Temática - Custos da Responsabilidade Social

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o tema “Responsabilidade Social” vem ganhando espaço cada vez maior dentro das organizações públicas e privadas e com isso, o Balanço Social passa a ser encarado como um demonstrativo contábil capaz de trazer informações relevantes sobre as atividades organizacionais no campo social.

Hoje as organizações percebem que, além de produtoras de bens e serviços, devem assumir o papel de agentes sociais, na valorização do homem e na preservação do meio ambiente. A organização então “... exerce funções de cidadania, as quais implicam deveres e direitos de natureza não muito diferentes aos que correspondem às pessoas (cidadãos) individualmente”. (CARVALHO apud KROETZ, 2000, p.77)

O grande desafio da sociedade moderna, faz com que toda e qualquer organização adapte sua estrutura administrativa, reestruture seus demonstrativos, utilize novas ferramentas para atingir seus objetivos (financeiros/ sociais), ou, cumpra sua missão.

Segundo De LUCA apud BRITO (2000), as empresas vêm antecipando-se às legislações específicas, desenvolvendo, com velocidade, políticas de proteção ambiental, evidenciando a consciência de que, num futuro bem próximo, o respeito pela natureza e o meio ambiente será fator determinante no sucesso dos negócios.

O objeto de estudo no trabalho foi a apresentação de uma proposta metodológica para a elaboração, organização e apresentação do Balanço Social para uma cooperativa, de acordo com o Projeto de Lei Federal nº 032/1999 e modelo apresentado pelo IBASE¹, de modo a evidenciar sua interação com a sociedade, estabelecendo um meio de medir o desempenho da empresa nas áreas social e ambiental.

2 O Resgate do Cooperativismo

Uma empresa desempenha suas atividades produtivas utilizando recursos da sociedade, seja na forma de recursos naturais, recursos financeiros, recursos intelectuais e a capacidade de trabalho de seus empregados. Paralelamente, a empresa gera lucros que remuneram o capital investido, gera empregos diretos e indiretos que proporcionam condições de sobrevivência e bem estar aos seus empregados. Assim, a empresa está integrada à sociedade com uma função econômica e uma função social.

Segundo entendimento do Instituto Ethos, conforme BRITO et al (2000), as empresas são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico que estão transformando o planeta numa aldeia global. Também afirma que com a crescente interdependência de todos, o bem estar da humanidade depende da ação corporativa em nível local, regional e internacional.

Nas sociedades cooperativistas a influência desta ideologia alterou as concepções originais de cooperativismo que, de acordo com a OCERGS, busca a constituição de uma sociedade justa, livre e fraterna, através da organização social e econômica da comunidade em bases democráticas, para atender suas necessidades reais, remunerando adequadamente o trabalho de cada um de seus cooperantes.

RECH (2000, p.17) afirma que a permanente pressão e a necessidade de enfrentamento da concorrência provocaram, em quase todos os países capitalistas,

¹ IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

dificuldades de relacionamento no conjunto do movimento cooperativista desencadeando, em determinados momentos, verdadeiras lutas para a conquista e manutenção de espaços comerciais e mercados, colocando cada uma isolada na luta pela própria sobrevivência.

Por isso se torna fundamental o resgate, permanente renovado das idéias, da participação, do entrosamento, do trabalho conjunto, onde a fraternidade e a vida para todos sejam essenciais, reafirmando as vantagens das relações humanas, os benefícios da interajuda, a fé numa sociedade em que todos sejam pessoas, com os mesmos direitos e as mesmas possibilidades. (RECH, 2000, p.07)

Neste contexto, torna-se necessário o empenho das sociedades cooperativas em resgatar os seus objetivos filosóficos de cunho social, onde possam assegurar aos indivíduos os direitos mais elementares da modernidade: educação, saúde, habitação, cultura, lazer e segurança, em suma, um bem-estar-social construído a partir de ações e investimentos, demonstrando com isso a responsabilidade social.

Neste contexto o Balanço Social surge como um valioso instrumento de reflexão para as cooperativas no resgate de seus objetivos sociais. Conforme NEVES (1999, p.70) “...é impossível gerir adequadamente uma cooperativa sem desenvolver seu lado social”.

Com a mesma idéia LIMBERGER(1996) afirma que a cooperativa tem em mira melhorar a situação social e econômica de seus associados.

3. A Empresa e a Questão Social

Hoje surgem novos papéis de desempenho para as empresas, pois fazem parte de um ambiente complexo e em constante alteração, em razão disso torna-se necessário a atuação constante de modo a minimizar os problemas advindos.

Segundo BUCHHOLZ in DONAIRE (1999), uma quantidade crescente de atenção, por parte das organizações, tem se voltado para problemas que vão além das considerações meramente econômicas, atingindo um espectro muito mais amplo, envolvendo preocupações de caráter político-social, tais como proteção ao consumidor, controle da poluição, segurança e qualidade dos produtos, assistência médica e social, defesa de grupos minoritários etc.

Para DONAIRE (1999), essa visão é o resultado de uma mudança de enfoque que está ocorrendo no pensamento da sociedade e mudando sua ênfase do econômico para o social, valorizando aspectos sociais que incluem distribuição mais justa de renda, qualidade de vida, relacionamento humano, realização pessoal etc.

4. A Empresa e a Questão Ambiental

De acordo com ANDRADE et al (2000) um dos maiores desafios que o mundo enfrentará na próxima década é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente, com a ajuda de padrões baseados no desempenho e no uso criterioso de instrumentos econômicos, num contexto harmonioso de regulamentação.

Partindo então dessa visão, notamos que existe um grande interesse, por parte de muitas empresas, em adaptar-se a esta nova mentalidade, mudando totalmente sua maneira de agir.

Segundo ANDRADE et al (2000), atualmente pode-se verificar a preocupação das empresas em realizar práticas e programas inovadores de gerenciamento ecológico no mundo inteiro, a exemplo da Cervejaria Neumarkter Lammsbrau, que introduziu pioneiramente uma “filosofia de administração holística”, que inclui agricultura orgânica,

processos ecologicamente corretos de embalagem e fabricação de cerveja e utilização de energia solar.

O autor coloca também que a cultura e as atividades da companhia baseiam-se na visão que seus fundadores têm de uma empresa bem sucedida, promovendo as questões ambientais e sociais e introduzindo-as em seu dia-a-dia.

Segundo MAIMON (1996), hoje, há uma reconceituação do padrão de concorrência-qualidade dentro do contexto de desenvolvimento sustentado e, conciliar a competitividade com a proteção ambiental vem sendo um importante desafio das empresas modernas.

Neste contexto, MAIMON (1996) afirma que a responsabilidade ambiental passa gradativamente, a ser encarada como uma necessidade de sobrevivência, constituindo um mercado promissor – um novo produto/serviço a ser explorado. Para ela, o meio ambiente é uma nova oportunidade de negócio tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizacional e na consolidação do mercado consumidor verde.

5. O Balanço Social

É através do Balanço Social que a empresa evidencia à sociedade sua preocupação e responsabilidade com o social e com o meio ambiente, e este, além de um instrumento de divulgação das ações sociais, é mais uma ferramenta de gerenciamento para tomadas de decisões e é um instrumento de medida e avaliação do desempenho, considerando, a nível de empresa, a realidade:

- a) Econômico-financeira: enquanto geradora de riquezas e produção e distribuição de bens e serviços;
- b) Pessoal-humano: enquanto comunidade de pessoas que se unem para um determinado objetivo; e
- c) Político-social: enquanto inserido num ambiente político e social que a circunda, limita e caracteriza.(DUARTE et al, 2000, p.62)

Segundo INSTITUTO ETHOS apud BRITO et al (2000), a gestão com responsabilidade social propicia a valorização da imagem institucional e da marca, uma maior lealdade do consumidor, maior capacidade de recrutar e manter talentos, flexibilidade e capacidade de adaptação e longevidade.

Conforme VIEIRA FILHO(1999), embora ainda não seja uma obrigação legal, a prática da elaboração, análise e divulgação do Balanço Social poderá ser, cada vez mais, adotada por um número maior de organizações interessadas em demonstrar para os seus clientes, acionistas e a sociedade em geral, que além das suas metas de lucratividade e rentabilidade, existe uma preocupação com a responsabilidade social da organização e com os impactos da sua atuação no ambiente físico e social ao seu redor.

Quanto a elaboração e publicação do Balanço Social no Brasil, segundo o IBASE, o que está sendo discutido no meio empresarial e social é o Projeto de Lei Federal nº 0032/1999 do Deputado Federal Paulo Rocha que tramita atualmente na Câmara dos Deputados. Este projeto de lei é a reapresentação do Projeto de Lei Federal nº 3.116/97, apresentado por Marta Suplicy e outras deputadas como: Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling. Tal projeto de lei, moldado à luz da lei francesa, obriga que as empresas privadas com mais de 100 funcionários e as empresas públicas, as sociedades de economia mista e algumas outras, independente do número de funcionários que possuam, elaborem e publiquem o Balanço Social.

Na esfera estadual, existe a Lei estadual nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000 – Projeto de Lei sob Responsabilidade Social, de autoria do Deputado Estadual César Buzatto, cujo texto contou com a contribuição do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul e foi transformado na Lei nº 11.440. Esta Lei institui o Balanço Social para empresas do Estado do Rio Grande do Sul o qual será assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul ao exercício profissional.

5.1 Objetivos do Balanço Social

Sendo então o Balanço Social uma demonstração que tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico, apresenta, especificamente, os seguintes objetivos:

- revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores e outros;
- apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- formar um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a sociedade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca, na imagem do negócio;
- verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais. (KROETZ, 2000. p. 79-80)

5.2 Metodologia e mensuração

Segundo o Artigo 3º do Projeto de Lei Federal nº 32/1999, do Deputado Federal Paulo Rocha, o Balanço Social deverá conter informações sobre: a empresa, os empregados, valor dos encargos sociais pagos, valor dos tributos pagos, alimentação do trabalhador, educação saúde dos empregados, segurança no trabalho, outros benefícios, previdência privada, investimentos na comunidade e investimentos em meio ambiente.

De acordo com o modelo proposto pelo IBASE, o Balanço Social deverá estar dividido em cinco tópicos, que são: base de cálculo, indicadores laboriais, indicadores sociais, indicadores do corpo funcional e outras informações relevantes.

Segundo TINOCO(2001), as fontes de informações para a elaboração do Balanço Social estarão disponíveis no departamento de pessoal com informações referentes aos funcionários, no departamento de contabilidade com informações financeiras e no departamento de sistema de informação contábil, com informações monetárias e não monetárias destinadas às atividades e decisões dos níveis operacional, tático e estratégico da organização.

Segundo BRITO et al (2000), para a mensuração do Balanço Social deverão ser estabelecidos “indicadores” ou “componentes” e, ainda, deverão ser estabelecidas as fontes e vias de informação que permitam conhecer cifras ou dados de volumes físicos, frequência e dados da situação de cada indicador. Essas informações serão classificadas e tabuladas, de modo que seja possível a comparação de cada indicador entre um período e outro, e a comparação relativa (às vezes percentual) dos indicadores entre si.

5.3 Base de cálculo

No Artigo 3º do Projeto de Lei Federal 032/1999, em seu parágrafo único, os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados cada item e seu percentual relacionado com a Folha de Pagamento e ao Lucro Operacional da empresa, estes dois últimos chamados de bases de cálculos.

5.4 Recursos Humanos

Conforme TINOCO (2001), para vários pesquisadores do campo econômico e social, num sentido bem amplo de medida, a empresa é o seu pessoal.

RIBEIRO et al (1999) afirmam que para muitas empresas os recursos humanos que elas empregam constituem o seu mais valioso ativo.

TINOCO (2001), ainda afirma que ao descrever o emprego, as relações existentes nas entidade, a forma como os trabalhadores ingressam no mercado de trabalho, sua evolução ao longo do tempo, o modo como a entidade estimula sua formação e promoção, a remuneração e outros benefícios conferidos aos assalariados, as condições de vida e trabalho, condições de higiene e segurança constitui-se num dos pilares para elaboração do Balanço Social.

5.4.1 Indicadores Internos – relações com funcionários

Nas relações da empresa com seus funcionários são vários os aspectos a serem abordados na estruturação do Balanço Social. Para a Cooperativa, propõe-se enfatizar informações sobre os funcionários e as condições de trabalho, através dos seguintes itens: emprego, remuneração e outros benefícios, formação profissional e desenvolvimento contínuo, condições de higiene e segurança no trabalho, relações profissionais e outras condições de vida dependentes da empresa.

5.4.2 Relações com Associados

De acordo com RECH (2000) não há como desmerecer a vontade e as necessidades dos associados quanto a busca de benefícios para si, suas famílias, seu futuro.

Isso faz parte das perspectivas de autonomia que são essenciais numa sociedade como a cooperativista.

Partindo desta afirmação, procurou-se enfatizar indicadores que dizem respeito aos investimentos e benefícios realizados junto aos associados e, também, indicadores que podem demonstrar um perfil dos associados.

Deste modo, o modelo de Balanço Social proposto, além de ser uma demonstração endereçada à sociedade, poderá ser considerado como um demonstrativo do comportamento da cooperativa perante seus associados, incluindo informações gerais sobre o corpo de associados.

5.4.3 Relações Sociais

De acordo com o inciso IV do Art. 3º do Projeto de Lei Federal nº 032/1999, o Balanço Social deve destacar os valores referentes aos tributos pagos especificando cada item, de forma que possa dar subsídios aos usuários deste demonstrativo, como por exemplo o governo.

KROETZ (2000) afirma que o governo, com base nas informações deste demonstrativo poderá preparar um vasto banco de dados, confiável, possibilitando a geração de informações preciosas por segmentos sociais, por atividades, por região etc., permitindo o desenvolvimento de planos estratégicos (plano plurianual, orçamentos etc.) consubstanciados na realidade. Também poderá verificar os tributos recolhidos, bem como o potencial de arrecadação dos mais variados segmentos, principalmente se tomar como base a Demonstração do Valor Adicionado.

Ainda, conforme o inciso XI, do Art. 3º, do Projeto de Lei Federal nº 032/1999, no Balanço Social devem ser destacados os valores com investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outras, relacionando, em cada item os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

De acordo com ARRIGONI (2000) a necessidade de aplicação no social origina-se, primeiramente das suas relações com o meio e dos princípios doutrinários do cooperativismo, assim fica definido um dos compromissos sociais da cooperativa: gerar benefícios sociais.

5.5 Indicadores Sociais

A fim de demonstrar essa integração, sugere-se para a Cooperativa que sejam destacados os gastos com a comunidade em que está inserida (sociedade), de acordo com o que prescreve o inciso XI, do Artigo 3º do Projeto de Lei Federal nº 032/1999, que menciona que o Balanço Social deve conter informações sobre todos os investimentos na comunidade, como: investimentos na área de cultura, esporte, saúde, habitação, assistência social, educação, campanhas públicas e outros.

5.6 Indicadores Ambientais

Segundo BRITO et al (2000), percebe-se que muitas têm sido as preocupações por parte das empresas para com o sistema de gestão ambiental, visando o crescimento contínuo.

O comprometimento com o desenvolvimento sustentável, através de metas ambientais e monitoramento dos índices de reciclagem de resíduos, assim como a prática de políticas baseadas na preservação do meio ambiente, podendo representar um fator de singularidade nas ações empresariais, devendo por isso ser divulgados: investimentos em programa de proteção ambiental, observância dos regulamentos governamentais de proteção ambientais assistência financeira a organizações oficiais participantes de programas de preservação do meio ambiente, coleta seletiva de lixo e outras relações com meio ambiente.

De acordo com o inciso XII do Artigo 3º do Projeto de Lei Federal, o Balanço Social deve conter informações sobre os investimentos em meio ambiente, tais como: reflorestamento, despoluição, gasto com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes.

5.5 Estruturação e Apresentação Gráfica do Balanço Social

De acordo com KROETZ (2000), apesar da falta de um modelo que se possa adotar como padrão, é possível apontar, desde já, alguns princípios gerais que devem contribuir para a organização da informação contida no Balanço Social, para que ela seja útil e credível:

- *Pertinência* – a informação deve ser relevante, clara e concisa, devendo refletir a realidade;
- *Objetividade* – a informação deve ser factual, não distorcida (fidelidade), expressando os fatos de uma forma independente, relativamente aos juízos pessoais de quem a prepara (neutralidade);
- *Continuidade* – as práticas de coleta, registro e demonstração devem manter-se de um período para outro. A falta de continuidade diminui a comparabilidade dos dados e pode ocultar certa manipulação da informação;
- *Uniformidade ou consistência* – a informação deve permitir comparações, usando dados de anos anteriores, normas e valores médios de cada setor e/ou outros valores representativos publicados por organismos nacionais e internacionais etc. A comparabilidade supõe certo grau de padronização, e, em caso de alteração dos procedimentos, deve ser explicado em notas específicas;
- *Certificação* – a informação deve ser susceptível de ser confirmada e certificada por uma entidade independente da organização e dos destinatários da informação.

VIEIRA FILHO (2000) relata outras considerações que podem ser mencionadas quanto aos critérios a serem adotados no estabelecimento de uma metodologia:

- *Simplicidade* - considerando que o documento deve ser acessível aos empregados, dirigentes, acionistas e ao público em geral, a sua formatação, tanto no aspecto de aplicação quanto no de apresentação, deve ser simples, fácil de interpretar, exigindo, quando muito, uma sumária explicação.
- *Confiabilidade* - o principal patrimônio de uma organização é a sua Credibilidade. Desta forma as informações prestadas devem ser confiáveis e seguras, ainda que se

admita uma certa dose de subjetividade inerente a alguns itens. A precisão dos indicadores numéricos não é tão importante, mas a veracidade deve ser comprovada.

- *Comparabilidade* - conforme já dito anteriormente, um dos objetivos do documento é permitir avaliar a evolução do desempenho sócio-ambiental da organização ao longo do tempo, bem como possibilitar comparações com outras instituições. Assim, na medida do possível, deve ser adotada uma estrutura de apresentação dos resultados que seja padrão e única, contendo indicadores cujos conceitos sejam de entendimento universal.
- *Flexibilidade* - sem deixar de atender ao critério de Comparabilidade, é óbvio que também não se pode deixar de levar em consideração as condições específicas de cada empresa e do ambiente em que atua. Assim, deve ser dado um espaço para que determinados aspectos sejam informados ou relatados na forma que melhor expresse os resultados obtidos, quantitativa ou qualitativamente.
- *Quantificação* - a regra geral proposta é que, sempre que possível, todos os benefícios e indicadores de desempenho devam ser quantificados em termos numéricos absolutos (unidades métricas) e percentuais. Sempre que possível e adequada, estes benefícios devem também ser convertidos em unidades monetárias.

Resumindo, segundo o mesmo autor, o Balanço Social deve constituir-se em um instrumento adequado às atividades de planejamento, acompanhamento, avaliação, e divulgação do desempenho sócio-ambiental da empresa.

BRITO et al (2000) comenta que os raros balanços sociais ou relatórios sociais publicados pelas organizações, não apresentam uma padronização no que concerne ao seu conteúdo e estruturação. Acredita-se que um dos motivos deste fato decorre da inexistência de provimento legal que discipline e regulamente a referida demonstração. Diante deste cenário sugere um conteúdo que represente, adequadamente, o propósito do Balanço Social, podendo se cogitar da forma de representação gráfica através de relatórios ou de diagramas. Podendo ter o seguinte conteúdo:

- Mensagem da diretoria e apresentação da instituição;
- relações sociais e filantrópicas;
- relações com os funcionários;
- segurança do trabalho;
- participações nos lucros;
- outros benefícios;
- relações com meio ambiente; e
- comparação com períodos anteriores.

6. Proposta de Modelo de Balanço Social para a COTRISOJA

Partindo das considerações supracitadas se apresenta a seguir um modelo de estruturação de um Balanço Social para a COTRISOJA, baseado nas informações colhidas junto a cooperativa.

Proposta de Modelo de Balanço Social para a COTRISOJA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA									
RAZÃO SOCIAL: Cooperativa Triticola Taperense Ltda			ENDEREÇO: Av. 15 de novembro, nº 227 – Tapera/RS						
CNPJ: 97.663.728/0001-35		FONE: (54) 385-3000			E-Mail: cotrisoj@terra.com.br				
1. Base de Cálculo		30/06/2000 Valor (mil reais)			30/06/2001 Valor (mil reais)				
1.1 Receita Líquida		75.897.968,93			60.744.968,02				
1.2 Lucro Líquido		403.194,27			362.599,98				
1.3 Folha de Pagamento Bruta		2.166.512,68			2.536.512,86				
2. Indicadores Laborais (Funcionários)		Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento	Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento
2.1 Alimentação		52.590,70	0,069	13,044	2,427	79.529,26	0,131	21,933	3,135
2.2 Encargos Sociais		901449,30	1,188	223,577	41,608	1.251.654,10	2,061	345,189	49,345
2.3 Segurança e medicina no trabalho		16.099,79	0,021	3,993	0,743	19.875,82	0,033	5,481	0,784
2.4 Educação		5.765,32	0,008	1,430	0,266	8.803,90	0,014	2,428	0,347
2.5 Capacitação e desenvolvimento		28.886,19	0,038	7,164	1,333	19.520,13	0,032	5,383	0,770
2.6 Outros benefícios		-	-	-	-	-	-	-	-
2.6.1 Transporte		7.326,74	0,010	1,817	0,338	16.335,73	0,027	4,505	0,644
2.6.2 Benefícios Diversos		4.237,01	0,006	1,051	0,196	5.107,16	0,008	1,408	0,201
Total dos indicadores laborais		1.016.355,05	1,339	252,076	46,912	1.400.826,10	2,306	386,328	55,226
3. Indicadores Sociais (Associados)		Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento	Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento
3.1 Educação		21.776,00	0,029	5,401	1,005	24.189,61	0,040	6,671	0,954
3.2 Cultura		8.710,87	0,011	2,160	0,402	14.063,50	0,023	3,879	0,554
3.3 Esporte		8.710,40	0,011	2,160	0,402	11.250,80	0,019	3,103	0,444
3.4 Lazer e diversão		4.355,20	0,006	1,080	0,201	6.750,53	0,011	1,862	0,266
Total dos indicadores sociais (associados)		43.552,47	0,057	10,802	2,010	56.254,44	0,093	15,514	2,218
4. Indicadores Sociais (Sociedade)		Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento	Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento
4.1.1 Educação		11.613,99	0,015	2,880	0,536	13.215,33	0,022	3,645	0,521
4.1.2 Cultura		14.517,49	0,019	3,601	0,670	14.867,24	0,024	4,100	0,586
4.1.3 Esporte		2.903,50	0,004	0,720	0,134	4.955,75	0,008	1,367	0,195
4.1 Total de contribuições para a sociedade		29.034,98	0,038	7,201	1,340	33.038,32	0,054	9,112	1,303
4.2 Tributos		1.331.957,30	1,755	330,351	61,479	1.867.617,86	3,075	515,063	73,629
Total dos indicadores sociais		1.360.992,28	1,793	337,552	62,819	1.900.656,18	3,129	524,174	74,932
5. Indicadores Ambientais		Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento	Valor (RS)	% sobre Receita Líquida	% sobre Lucro Líquido	% sobre Folha de Pagamento

5.1 Investimentos nos postos de combustíveis	7.713,00	0,010	1,913	0,356	24.768,32	0,041	6,831	0,976
5.2 Investimentos na Unidade Produtora de Leitões	1.523.767,81	2,008	377,924	70,333	400.047,85	0,659	110,328	15,772
5.3 Investimentos em reflorestamento	7.500,00	0,010	1,860	0,346	9.500,00	0,016	2,620	0,375
5.4 Investimentos na captação de pó	0,00	0,000	0,000	0,000	15.000,00	0,025	4,137	0,591
5.5 Participação em programas e projetos externos	0,00	0,000	0,000	0,000	1.600,00	0,003	0,441	0,063
Total de Indicadores Ambientais	1.538.980,81	2,028	381,697	71,035	450.916,17	0,742	124,356	17,777
6. Indicadores do Corpo Funcional	30/06/2000				30/06/2001			
6.1 N° de empregados ao final do período	366				380			
6.2 N° de admissões durante o período	140				147			
6.3 N° de demissões durante o período	131				133			
6.4 N° de mulheres na empresa	39				40			
6.6 % de cargos de chefias ocupados por mulheres	01				01			
6.7 N° de empregados negros	03				05			
6.8 N° de empregados portadores de deficiência	14				14			
7. Número de Funcionários por Tempo de Serviço em 30/06/2001	Quantidade				Percentual (%)			
De zero à 05 anos	260				68,42			
De 06 anos à 10 anos	44				11,58			
De 01 anos à 15 anos	38				10,00			
De 16 anos à 20 anos	24				6,32			
De 21 anos à 25 anos	10				2,63			
De 26 anos à 30 anos	04				1,05			
Total de Funcionários	380				100			
8. Escolaridade dos Funcionários em 30/06/2001	Quantidade				Percentual (%)			
Analfabetos	7				1,84			
1º Grau Incompleto	186				48,95			
1º Grau Completo	30				7,89			
2º Grau Incompleto	27				7,11			
2º Grau Completo	82				21,58			
Curso Superior Incompleto	17				4,47			
Curso Superior Completo	31				8,16			
Total	380				100			
9. Faixa Etária dos Funcionários em 30/06/2001	Quantidade				Percentual (%)			
18 anos a 25 anos	113				29,74			
26 anos a 30 anos	57				15,00			
31 anos a 35 anos	51				13,42			
	98				25,79			
36 anos a 45 anos	40				10,53			
46 anos a 55 anos	17				4,47			
56 anos a 60 anos	4				1,05			
Maiores que 61 anos								

Total	380	100
10. Número de acidentes de trabalho	Quantidade	
01/07/1999 A 30/06/2000	03	
01/07/2000 A 30/06/2001	03	
11. Indicadores do Corpo de Associados em 30/06/2001	Quantidade	Percentual (%)
11.1 N° de associados do sexo feminino	107	5,00
11.2 N° de associados do sexo masculino	2041	95,00
12. Escolaridade dos Associados	Quantidade	Percentual (%)
Até 4ª série	859	40,00
De 5ª a 8ª série	645	30,00
2º Grau completo	580	27,00
3º Grau completo	64	3,00
13. Faixa Etária dos Associados	Quantidade	Percentual (%)
De 20 a 30 anos	215	10,00
De 31 a 40 anos	430	20,00
De 41 a 50 anos	537	25,00
De 51 a 65 anos	644	30,00
Mais de 65 anos	322	15,00
14. Atividade Produtora dos Associados	Quantidade de Associados por Produto	
Leite	398	
Suínos	98	
Grãos (soja, milho, cevada, trigo e aveia)	2148	
15. Tipo de Propriedade dos Associados	Quantidade de Associados por Propriedade	Percentual (%)
Mini propriedade	430	20,00
Pequena propriedade	1074	50,00
Média propriedade	408	19,00
Grande propriedade	236	11,00
16. Outras informações julgadas relevantes		
16.1 Os investimentos realizados nos postos de combustíveis foram para adequar a estrutura do mesmo, de modo a atender à solicitação de FEPAM.		
16.2 Os investimentos realizados na Unidade Produtora de Leite foram para a construção de um sistema de tratamento de dejetos.		
16.3 Os investimentos realizados em reflorestamento são para atender a manutenção e reposição da atividade da empresa.		
16.4 No setor de armazenagem foram realizados investimentos na captação de pó, proveniente de secagem e transporte de grãos, a fim de atender a exigência da FEPAM.		
16.5 O alto grau de rotatividade das admissões e demissões se deve a sazonalidade, característica da atividade econômica da cooperativa, a qual se baseia em períodos de safra, onde é necessário um número elevado de admissões e, em consequência, passado este período ocorre, também, um elevado número de demissões.		
16.6 A cooperativa vem demonstrando preocupação com o meio ambiente, procurando realizar eventos de conscientização quanto a preservação do meio ambiente e mobilizando-se em campanhas de recolhimento e reciclagem de embalagens de agrotóxicos.		
16.7 Alguns indicadores, referente ao período de 30/06/2000, não foram possíveis de serem quantificados e demonstrados no Balanço Social, pois não mais constavam no Banco de Dados da Cooperativa.		

7. Considerações Finais

Pode-se perceber que a COTRISOJA, como uma organização que está inserida em uma comunidade e dependente desta para a concretização de seus objetivos não foge de suas responsabilidades, tanto social como ambiental.

A cooperativa está preocupada com a qualidade de vida de seus associados, colaboradores e comunidade na qual está inserida e isto pode ser verificado através das ações evidenciadas no escopo deste trabalho. Ela demonstra estar consciente de que para cumprir a sua missão, deve, primeiramente, melhorar as condições de vida de seus colaboradores e contribuir no desenvolvimento regional, promovendo um contínuo aperfeiçoamento do quadro social e funcional, visando a obtenção do comprometimento pleno em torno de sua missão. Para a área ambiental pretende realizar novos investimentos como a implementação do recolhimento de embalagens de agrotóxicos e campanhas de conscientização para o quadro social quanto a destinação de embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários, tratamento de dejetos de suínos e gado; 5 S's nas propriedades rurais; reflorestamento no leito de rios e nas áreas impróprias para pecuária; e pretende, para o ano de 2002, lançar um prêmio ambiental para aqueles associados que se destacarem quanto a proteção ambiental. Na área social serão priorizados investimentos para a educação cooperativa nas escolas.

Suas realizações no campo social e ambiental, outrora não evidenciadas, poderão ser observadas e até analisadas a partir da adoção e publicação do Balanço Social.

Para a estruturação de um modelo de Balanço Social para a COTRISOJA, propósito deste trabalho, procurou-se investigar qual modelo atenderia às necessidades da empresa em demonstrar suas ações sociais relacionadas aos seus funcionários e aos associados, bem como a comunidade na qual está inserida. A estruturação do Balanço Social baseou-se na metodologia apresentada pelo IBASE e nas orientações contidas no Projeto de Lei Federal nº 032/1999, a qual segue a corrente americana que contempla o ambiente interno e externo da organização.

Devido as características peculiares de uma cooperativa, as quais se baseiam nos princípios do cooperativismo que tem como objeto central o benefício dos seus sócios, a metodologia utilizada como base necessitou de adaptações de modo que pudessem apresentar informações sobre as ações sociais ligadas aos associados.

Verificou-se a necessidade de criar indicadores que evidenciassem de forma clara e precisa a responsabilidade da cooperativa perante seus associados e que também pudessem traçar um perfil dos cooperados.

A grande preocupação que se tem, em nível de gerência de cooperativa, é a manutenção do cooperado dentro do quadro social, ou seja, que este parceiro seja “fiel” a mesma, e que tenha como propósito seu fortalecimento. A criação dos indicadores relativos ao perfil do associado possibilitará uma maior interação entre a cooperativa e seus cooperados. Vejamos :

- 1) Atividade produtora dos associados e tipologia das propriedades – onde se procedeu ao reconhecimento do perfil sócio-econômico de cada associado, estabelecendo diferenças significativas entre os pequenos, médios e grandes produtores. Este indicador possibilitará à Cooperativa estabelecer metas de desenvolvimento e fomento de novos investimentos direcionados aos produtores conforme a tipologia de cada grupo familiar e suas necessidades mais urgentes, a partir do estudo individualizado de cada célula produtiva e sua capacidade de sustentação. Existem muitas

Excluído:

deficiências no setor de assistência técnica, ou seja, de não apenas oferecer dados e soluções técnicas para problemas, mas também de oferecer aos associados o planejamento de sua produção anualmente, definindo o tipo de atividade/cultura a ser desenvolvida.

As informações coletadas na cooperativa foram sistematizadas e, posteriormente, dispostas no Balanço Social de forma simples e ordenada, com seus respectivos valores e percentual, utilizando-se de dois períodos como objeto de comparação e análise.

CONCLUSÃO

Segundo a OCERGS (2001), o cooperativismo busca a constituição de uma sociedade justa, livre e fraterna, através da organização social e econômica da comunidade em bases democráticas.

ARRIGONI (2000), afirma que as sociedades cooperativas no Brasil apenas ratificam a necessidade de se aplicar recursos no social, financiando o serviço de assistência técnica, educacional e social aos seus associados e familiares e aos funcionários.

Convém ressaltar, no entanto, que esse objetivo social da empresa cooperativa não deve se restringir apenas a esses beneficiários, devendo, ainda, abranger a comunidade externa, mostrando sua preocupação e responsabilidade com o bem-estar de toda a sociedade na qual está inserida.

Esta responsabilidade, segundo DONAIRE (1999), assume diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público.

Conforme ALMEIDA apud NETO et al (2001), a responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

ALMEIDA apud NETO et al (2001), afirma que a responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa com relação à sociedade e à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e uso dos recursos que originariamente não lhe pertencem.

Segundo NETO et al (2001), são estes os principais vetores da responsabilidade social de uma empresa:

- apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua;
- preservação do meio ambiente;
- investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável;
- comunicações transparentes;
- retorno aos acionistas;
- sinergia com os parceiros;
- satisfação dos clientes e/ou consumidores.

Buscando, então, demonstrar a responsabilidade social das organizações surge o Balanço Social como um demonstrativo capaz de consolidar e demonstrar as ações sociais praticadas pelas entidades.

Isto se confirma pelo constante do artigo 2º do Projeto de Lei Federal nº 032/1999 que define o Balanço Social como um documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil de atuação social da empresa durante o ano.

Ao apresentarmos um estudo sobre cooperativismo, responsabilidade social e balanço social, podemos visualizar a interação entre ambos, pois diante de seus objetivos permeia o social, baseada nas ações sociais. Enquanto o cooperativismo busca a constituição de uma sociedade justa, livre e fraterna através da cooperação mútua e por meio da ação social, a responsabilidade social se caracteriza como as ações da organização junto à sociedade e o Balanço Social é estruturado de forma a tornar público as ações e a postura da organização diante da sociedade, através dos indicadores da responsabilidade social.

O questionamento inicial deste trabalho implica em estabelecer um modelo para a estruturação de um Balanço Social que poderá contribuir para evidenciar as atividades desenvolvidas pela cooperativa em relação a promoção humana, social e proteção do meio ambiente, dirigidas a seus empregados e a comunidade onde está inserida. Procurou-se estruturar um demonstrativo social adaptado às características da cooperativa e aos requisitos para a utilização do Selo Balanço Social (IBASE) e, ainda, atendendo o que prescreverá a futura lei quando de sua aprovação.

Apresenta-se neste trabalho um grande diferencial em relação aos balanços sociais utilizados por outras organizações e até mesmo ao proposto pelo IBASE, que foi a criação de um item que traz os “indicadores do corpo de associados” e de “informações sobre o corpo de associados”, dando condições de visualizar as ações direcionadas a este público e também dando possibilidades para traçar um perfil dos associados da cooperativa.

O modelo proposto permite a avaliação do desempenho da cooperativa em seus diferentes enfoques e respostas aos grupos de usuários: público interno (gestores, empregados e associados) e público externo (comunidade, mercado e outros) e permite também desenvolver estratégias de marketing com bases em ações sociais.

Considerando, portanto, a proposta feita inicialmente nos objetivos do trabalho conclui-se que:

- a adoção do Balanço Social como um instrumento de gestão empresarial possibilitará o acompanhamento e o controle do desempenho da cooperativa na área social, auxiliando na tomada de decisões. Além disso, este demonstrativo é de suma importância, pois torna público as ações sociais, demonstrando de forma clara a sua responsabilidade e comprometimento com o social.
- a partir do modelo do IBASE e amparado no Projeto de Lei Federal nº 032/1999, o modelo de Balanço Social proposto poderá atender as necessidades da COTRISOJA, não somente com informações do quadro funcional, mas também com ênfase nas informações sobre o corpo de associados, de modo que pudesse ter uma visão global do perfil dos associados e os benefícios oferecidos a estes pela cooperativa.
- inúmeros benefícios à sociedade cooperativa poderão ser gerados a partir da apresentação do Balanço Social, tais como: marketing social (filantropia, campanhas sociais, patrocínios de projetos sociais, promoção social do produto e da marca), conquista do selo social concedido pelo IBASE,

Certificado de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul, reconhecimento do corpo funcional dos benefícios sociais oferecidos, resgate do cooperativismo através de seus princípios onde permeiam a cooperação e a ajuda mútua, primando sempre pelo bem estar social de colaboradores, associados e comunidade.

Deixa-se como sugestão para a cooperativa, a necessária reestruturação do seu Plano de Contas, de maneira que as informações evidenciadas no Balanço Social sejam facilmente identificadas no elenco de contas da contabilidade.

Finalizando, sugere-se a adoção de Indicadores de Gestão e Excelência de Pessoas do Balanço Social proposto por TINOCO (2001), em sua obra intitulada “Balanço Social - Uma Arbitragem de Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações”, que permitirão um acompanhamento do desempenho social da entidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy e CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão Ambiental: enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2000.

ARRIGONI, Fernando José. **Aplicações Sociais das Sociedades Cooperativas: um Modelo de Demonstração Contábil**. Caderno de Estudos FIPECAFI, Vol 12, São Paulo: USP, Jan/jun-2000.

BRITO, Nilton Goullart e NUNES, Paulo Cesar Santana. **Balanço Social: o outro lado das Empresas**. In: Revista Análise. Vol. 11, Porto Alegre: EDIPUC, 2000.

CÁRIO, Sílvio A. F. **Estudo sobre o controle e a participação numa Cooperativa de 2º grau em Santa Catarina**. In Revista Perspectiva Econômica – Cooperativismo 16. Unisinos: 1985.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DUARTE, Roberto Cristiano; SCARPIN, Maria Aparecida. **Balanço Social: Gerenciamento social interno**. In Revista Pensar Contábil –Balanço Social. CRC/RJ: 2000.

LIMBERGER, Emiliano. **Cooperativismo: empresa socializante**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MAIMON, Dalia. **Passaporte Verde:** Gestão Ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. **Responsabilidade Social e cidadania empresarial:** a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: QUALITYMARK, 2001.

NEVES, Flávia Luciana . **Prática de Gestão em organizações capitalistas e cooperativas:** similaridades e contradições. In Revista Perspectiva Econômica – Cooperativismo 45. Vol. 34 Unisinos:1999.

OCERGS/SESCOOP. **Cooperativismo:** Orientações Básicas. Porto Alegre: OCERGS, Março/2001.

RECH, Daniel. **Cooperativas:** uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: Ed. DEP&A, 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza e LISBOA, Lázaro Plácido. **Balanco Social.** In: Revista Brasileira de Contabilidade, nº 115, p.74-81, jan/fev.1999.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA FILHO, Osmar. **MBA - Projeto empresarial ELETRONORTE.** Fundação Dom Cabral, Junho/1999.